

BRASIL
Segundo Projeto de Assistência Técnica para os Setores Energético e Mineral – META II
(P170850)
Missão de Supervisão: 5 a 16 de abril de 2021

1. Entre o período de 5 a 16 de abril de 2021, o Banco Mundial (BM) realizou, com o Ministério de Minas e Energia (MME), a Missão virtual de Supervisão do Segundo Projeto de Assistência Técnica para os Setores Energético e Mineral – META II. A equipe do BM agradece aos servidores do MME, em Brasília, e aos funcionários da ANEEL, ANM, ANP, CCEE, CPRM, EPE e ONS pela excelente coordenação e organização das reuniões. A lista de participantes nas diversas reuniões, via videoconferência, encontra-se no Anexo 2.
2. Os objetivos da missão incluíram: (i) discutir os preparativos para a implementação do Projeto; e (ii) finalizar os termos de referência, principalmente os que se referem àquelas atividades planejadas para 2021.
3. As principais conclusões da missão foram:
 - a) Acerca dos **preparativos para iniciar a implementação do Projeto**, a equipe do MME esclareceu que os requisitos e próximos passos para que o Acordo de Empréstimo seja assinado são:
 - i. Orçamento Federal aprovado. Para tanto, a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) é encaminhada para o Congresso e, após aprovação, segue para o Presidente da República fazer sanção. O prazo para aprovação/veto é 22 de abril de 2021;
 - ii. Quando a LOA é aprovada, o MME leva 2 semanas para instrução processual final e assinatura da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
 - iii. Prazo estimado para assinatura do Acordo: até 15/05. Todavia, este prazo é determinado pela PGFN, pois é esta a responsável pela assinatura do Acordo de Empréstimo em nome do Brasil; e
 - iv. Após assinatura e entrada em vigor, podem dar início aos processos licitatórios.
 - b) **Orçamento 2021.** O orçamento incluído na PLOA para 2021 (ainda podendo sofrer redução) foi de R\$ 15 milhões. Importante MME verificar a ordem de priorização de projetos que tenham maior possibilidade de serem executados em 2021.
 - c) **Assinatura e Efetividade do Acordo de Empréstimo.** A previsão para assinatura do Acordo Legal do Projeto é meados de maio. Banco reiterou dois prazos importantes:
 - i. Prazo de 18 meses para completar a assinatura e as condições de efetividade após a aprovação do Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco Mundial (ocorrida em 22/05/2020); e
 - ii. Prazo de 120 dias para efetividade após a assinatura do Acordo de Empréstimo.
 - d) **Termos de Execução Decentralizada.** Os Termos de Execução Decentralizada (TED) e Convênios com as agências co-executoras do Projeto foram preparados e eles enviados para análise e retorno ao MME que, após o recebimento, os enviará à Consultoria Jurídica do Ministério para avaliação legal. Ocorridas essas etapas, eles serão assinados tão logo o empréstimo entre em vigor.

- e) **Gestão do Projeto.** Com o atraso para assinatura do Acordo de Empréstimo, todos os membros da equipe do META 1, exceto um Assistente Financeiro, já tiveram os seus contratos encerrados. Ainda que equipe permanente, composta por servidores públicos efetivos, já esteja montada, ela não é suficiente e tampouco está preparada para suprir a ausência da equipe temporária (8 servidores a partir de processo seletivo público). Aguardam autorização do Ministério da Economia para o concurso público, que só pode ser feito após aprovação da LOA. A expectativa é que os novos funcionários estejam contratados até agosto de 2021. Dado o período necessário para finalização da contratação da nova equipe, equipe do Banco propôs discussão com departamento jurídico a fim de manter pessoal sob contrato com o Banco (via contratação direta) por um prazo de 6 meses, a partir da efetividade, até que o processo seletivo esteja finalizado. UGP deve encaminhar TdRs e orçamento previsto para cada contrato/cargo e construir com equipe de licitações o fluxo de pessoal e alternativas para a contratação da equipe financeira.
- f) **Termos de Referência (TdR).** A equipe reuniu-se com representante de todas as agências co-executoras (ANEEL, ANM, ANP, CCEE, CPRM, EPE e ONS). Alguns TdRs estão finalizados, outros sofreram pequenas alterações e alguns sofreram grande mudança, foram cancelados ou ainda não se encontram concluídos. Alguns beneficiários estão também contemplando propor novas atividades/TdRs para substituir atividades canceladas. O MME encaminhará ao Banco planilha com a situação de cada um dos 37 TdRs, especificando as necessidades de adequações e a ordem de priorização. O material será analisado pela equipe do Banco para verificar quais deverão ser analisados pela equipe de gestão social e ambiental. Importante levar em consideração a data de encerramento do Projeto (31/12/2025) e que as consultorias devem estar finalizadas e os produtos/relatórios entregues e finalizados até meados de 2025 a fim de evitar atrasos.
- g) **Gestão Financeira e Desembolsos.** A equipe revisou os arranjos financeiros, de auditoria e desembolsos e o resumo das discussões e as ações acordadas estão no Anexo 3.
- h) **Aquisições:** O especialista em aquisições do Banco Mundial participou de diversas reuniões com a equipe executora e representantes das agências co-executoras, quando foram discutidas as atividades que podem ser aceleradas no contexto de pandemia, a revisão do Plano de Aquisição, em que situação está o Plano e proposta de treinamento da equipe. O resumo das discussões e as ações acordadas estão no Anexo 4.
- i) **Gestão Social e Ambiental.** A equipe revisou as questões relativas às salvaguardas ambientais e sociais e o resumo das discussões e as ações acordadas estão no Anexo 5.
- j) **Áreas com potencial aumento de apoio.** Com o hidrogênio desempenhando um papel mais importante no setor de energia, o Banco se disponibilizou a dar um apoio ao Governo no seu planejamento e estruturação de preparo neste setor, seja por intermédio do MME ou de uma das demais agências implementadoras.
- k) **Inclusão de novas atividades.** Durante as discussões, a ANEEL propôs atividades de substituição para as atividades já realizadas com recursos próprios. Banco lembrou que as novas atividades devem ser estudos estratégicos, dentro do escopo do Projeto, e não despesas operacionais de rotina.
- l) **Apoio para implementação do Projeto.** Foi reiterada a sugestão de se utilizar consultores, pagos com os recursos do Projeto, para dar apoio de gestão dos TdRs ao MME e/ou agências executoras

na implementação das atividades do Projeto META 2. A contratação destes consultores individuais deve se dar por meio de um TdR específico e adicional aos 37 TdRs inscritos no Projeto.

- m) **Apresentação do estudo de “Climate-Smart Mining”**. Foi solicitado, por parte da Secretaria de Energia, que o Banco fizesse uma apresentação sobre seu estudo de “Climate-Smart Mining” que tem foco sobre os minerais necessários para a implementação de tecnologias de energia renovável. O Banco e o MME darão seguimento no agendamento desta apresentação.

4. Próximos passos e acordos:

TdR	Ações acordadas	Responsável	Prazo
	Enviar apresentação de gestão social e ambiental revisada com os termos e comparação com a legislação brasileira.	Banco Mundial	07/05
	Enviar regulamento de licitações do Banco.	Banco Mundial	22/06
	Apresentar o fluxo de licitações atual de cada agência.	Todas agências/ MME	16/07
	Cada agência co-executora deve incluir o seu plano de aquisições/atividades (aquisições de bens, serviços e serviços de consultoria) no STEP.	Todas agências/ MME	16/07
Todos	Revisão e envio dos Termos de Referência para o Banco.	MME	Datas diversas
2, 3	Revisar as propostas de atividades a serem feitas pela ANEEL	ANEEL/MME	16/07
4, 5, 6	Revisar escopo dos subprojetos e lista de prioridades da agência e encaminhar lista revisada ao Banco para reunião no dia 19/04. ANM deve indicar horário.	ANM/MME	em aberto
7, 8, 9, 10	Agendar reunião do Banco Mundial e ANP em maio. ANP deve sugerir data/horário.	ANP/MME	22/06
23,34	Banco enviar comentários sobre os TdRs faltantes	Banco Mundial	22/06
25	Agendar reunião com Banco Mundial em meados de maio para discutir adequação do TdR. SEE deve sugerir data/horário.	SEE/MME	22/06
37	Encaminhar ao Banco lista com nome, instituição e descrição do curso (ou ementa, caso disponível).	SPOA/MME	22/06

5. Estado atual dos Componentes:

A missão revisou todas as atividades do Projeto, e discutiu em maior detalhe aquelas cujos TdRs já haviam sido preparados. Em alguns casos, verificou-se que as atividades inicialmente previstas sob o META II tiveram de ser executadas pelas agências implementadoras antes da efetividade do Projeto dados os atrasos e a urgência em completar as mesmas. Em outros casos, as mudanças feitas (ou previstas) nas leis modificaram o escopo dos TdRs originais ou tornaram o escopo dos TdRs desnecessário. Em vistas destas alterações próprias de um processo prolongado como o do META II, o Banco aguarda propostas de complementação ou substituição destas e/ou modificações a estas atividades.

Componente 1 – Assistência técnica para aumentar a eficiência, a adequação da infraestrutura de longo prazo e a resiliência climática nos setores de energia e mineração (US\$ 20,07 milhões).

- Subcomponente I: Trabalho analítico para informar reformas no setor de elétrico:
 - ❖ Estudos técnicos para aumentar a resiliência às mudanças climáticas no setor, informando a revisão das metodologias de planejamento e despacho;

- **TDR 17 – (EPE)** Estudos sobre aperfeiçoamentos na metodologia do cálculo de sinal locacional de transmissão, incluindo análises de preços nodais, direitos financeiros de transmissão e sua destinação no âmbito do mercado de energia (com capacitação): *EPE recebeu comentários do Banco e ainda não fizeram a devolutiva. Projeto fica mantido, mas com revisão de conteúdo e cronograma, devido ao tempo e previsão de revisão final do TdR até o final do ano.*
- **TDR 22 – (ONS)** Estudos para desenvolver e implantar uma metodologia para avaliação dos custos da operação do SIN com análise dos impactos em tempo real e pós operação, bem como para mensurar os benefícios decorrentes da atuação do ONS: *Banco fez comentários à primeira versão e está aguardando versão revisada dos TdR.*
- ❖ Assistência técnica para informar a revisão/criação de mercados de eletricidade;
 - **TDR 18 – (EPE)** Estudo de Desenho de Mercado e “Sistemática” de Leilão (inclusive com capacitação): *Atividade mantida, mas precisa de revisão do tema central e cronograma e necessidade de aguardar estudos de modernização do setor. Projeto com previsão de revisão final do TdR até o final do ano (a revisão do TdR levará em consideração o resultado de trabalho recentemente contratado pela EPE).*
 - **TDR 35 – (SPE)** Atributos das Fontes de Geração de Energia no Ambiente de Contratação Regulado: *Com mudança do quadro da SPE, atividade está sem ponto de coordenação. Desenvolvimento de modelos e cenários para abertura do mercado consumidor de maneira ordenada.*
 - **TDR 14 - (CCEE)** Estudo sobre a formação de preço por oferta em diversos países: TdR havia sido encaminhado e o Banco fez comentários (julho/20). *EPE vai revisar estudos para dar mais clareza do que já foi feito e principais objetivos. Juntamente com o TdR 13, será o primeiro a ser executado. Projeto com prioridade 1 para ser executado, ainda que faltem informações sobre o número de consultores a serem contratados.*
 - **TDR 25 - (SEE)** Avaliação da inserção de veículos elétricos na Matriz de Energia Elétrica Nacional: *Comentários ao primeiro TdR já enviados. Equipe vai revisar.*
- Subcomponente II: Trabalho analítico para informar as reformas no setor de petróleo e gás;
 - ❖ Estudos destinados a apoiar o Projeto de um mercado competitivo de gás;
 - **TDR 9 – (ANP)** Avaliação de Mecanismos que Promovam a Competitividade no Mercado de Gás Natural no Brasil: *Em revisão devido a aprovação da nova Lei do Gás.*
 - ❖ Estudos voltados para apoiar a criação de suprimentos flexíveis de gás;
 - **TDR 16 – (EPE)** Avaliação de Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN) no Brasil: *Em revisão devido a trabalho preliminar já executado (avaliação socioambiental terá de ser refeita em vistas da mudança de escopo). O Banco confirmou que esta atividade continua elegível para financiamento do Banco, mesmo sob as novas restrições para investimentos do Banco no setor de petróleo e gás. Em avaliação para possível substituição/mudança de escopo, conforme apontado na reunião de 09 de abril.*
 - **TDR 20 – (EPE)** Estudos de Planejamento da Infraestrutura do Abastecimento de Combustíveis: *Em revisão devido à execução da parte 1 do escopo original (avaliação socioambiental terá de ser refeita em vistas da mudança de escopo). Projeto revisado e a ser submetido à avaliação do BM.*
 - **TDR 21 – (EPE)** Coleta de dados sobre consumo de lenha e carvão vegetal no setor residencial: *Em revisão para assegurar a máxima aderência aos objetivos do META II. Em avaliação para possível substituição/mudança de escopo, conforme apontado na reunião de 09 de abril.*
- Subcomponente III: Trabalho analítico para implementar reformas no setor mineral;
 - ❖ Trabalho analítico para aumentar a resiliência às mudanças climáticas no setor;

- **TDR 6 – (ANM)** Modernização do Estoque Regulatório. Harmonização das regulamentações para a operacionalização da ANM: *A ANM confirmou a necessidade desta atividade e salientou que segue como prioritária. Antes, contudo, será necessário elaborar o TdR propriamente dito, de acordo com o Roteiro Para Elaboração de Termos de Referência (Anexo 7). Depende da execução do TdR 4.*
- **TDR 33 – (SGM)** Revisão do Plano Nacional de Mineração – PNM 2050 - Promover a revisão do PNM 2030, publicado em 2011 pela SGM/MME: *Essa atividade perdeu a prioridade por conta de indefinições nas diretrizes para o Plano. Será necessária uma revisão detalhada do TdR em momento posterior para que seja submetido ao Banco. Em “stand-by” por conta de indefinições nas diretrizes. Baixa prioridade.*
- ❖ Trabalho analítico para informar as melhores práticas no setor mineral;
 - **TDR 5 – (ANM)** Modernização da infraestrutura tecnológica e aprimoramento da Segurança da Informação da ANM, para melhoria da eficiência no atendimento ao setor regulado e atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados: *ANM vai encaminhar documento com a revisão dos diferentes componentes deste subprojeto. A missão reforçou a necessidade da compra de equipamentos estar claramente vinculada ao projeto conceitual que será finalizado no ano que vem. Foi acordado que os equipamentos a serem licitados serão somente os básicos que formam a base de qualquer sistema a ser adotado pela agência nos próximos anos. Antes, contudo, será necessário elaborar o TdR propriamente dito, de acordo com o Roteiro Para Elaboração de Termos de Referência (Anexo 7). Depende da execução do TdR 4.*
 - **TDR 27 – (SGM)** Estudo para avaliar a inserção tecnológica para aprimoramento produtivo das pequenas e médias empresas de mineração: *Essa atividade segue como prioritária, mas em terceiro lugar na lista de prioridades da SGM. Projeto reapresentado com o título: “Contratação de Consultoria para Realizar o Estudo para a Inserção Tecnológica de Pequenas e Médias Empresas de Mineração”.*
 - **TDR 30 – (SGM)** Observatório Nacional de Mineração: *Subprojeto sem TdR. Será necessário elaborar o TdR propriamente dito, de acordo com o Roteiro Para Elaboração de Termos de Referência (Anexo 7).*
 - **TDR 31 – (SGM)** Economia Mineral - Subsidiar a estruturação do “Observatório da Mineração” e da área Economia Mineral:
 - *Subprojeto sem TdR. Será necessário elaborar o TdR propriamente dito, de acordo com o Roteiro Para Elaboração de Termos de Referência (Anexo 7).*

Componente 2 - Fortalecimento institucional das instituições de energia e mineração para estabelecer e implementar estratégias, políticas e regulamentação (US\$ 17.48 milhões);

- Subcomponente I: Fortalecendo a capacidade regulatória, de planejamento e operacional do setor elétrico:
 - ❖ Atividades destinadas a incluir parâmetros de mudança climática no planejamento do setor de energia;
 - **TDR 23 – (ONS)** Desenvolver pesquisa para a identificação de causalidade das mudanças climáticas no regime de vazões e das principais variáveis meteorológicas de interesse para a operação do SIN: *A ser enviado em breve, após esclarecimentos junto ao Banco Mundial quanto a questões relacionadas ao processo de contratação e seus possíveis desenhos.*
 - **TDR 34 – (SPE)** Contratação de consultoria a fim de identificar as mudanças climáticas e mapear as ameaças ao Sistema Interligado Nacional (SIN), face às mudanças climáticas. Proposição de métodos e processos para o estudo da vulnerabilidade sistêmica do SIN, face às mudanças climáticas: *Atividade em revisão para possível divisão em duas partes.*
 - ❖ Digitalização e otimização de sistemas de contabilidade e liquidação.

- **TDR 2 – (ANEEL)** Criação de solução tecnológica para armazenamento das informações de empreendimentos de geração de energia elétrica, integrada com a estrutura de TI vigente, que contemple modelagem e desenvolvimento de novo banco de dados, estruturação de interface, rastreabilidade, mineração de dados e monitoramento da qualidade das informações contidas em banco: *Atividade feita com recursos próprios - Abril 2021.*
- **TDR 3 – (ANEEL)** Projeto de transformação digital para melhoria da maturidade analítica da ANEEL: *Atividade feita com recursos próprios - Abril 2021. Projeto reapresentado com o título: “Transformação Digital do processo de outorgas de geração de energia”.*
- **TDR 11 – (CCEE)** Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro: I - atualização tecnológica da infraestrutura. Módulos on-line do sistema: *Viável contratação este ano, caso haja espaço – ainda precisa detalhar TdR. Previsão de atualização do TdR para junho/julho de 2021*
- **TDR 12 – (CCEE)** Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro Motor de Cálculo do Sistema: *Atividade depende da conclusão do TdR 11.*
- **TDR 13 – (CCEE)** Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro: Arquitetura de Referência para o modelo de integração B2B da CCEE: *Atividade Prioritária do CCEE. Projeto reapresentado com o título: “Modernização do Sistema de Contabilização e Liquidação – CliqCCEE Evolução da Arquitetura de Referência da Plataforma de Integração”. Há interesse em começar esse TdR tão logo seja possível, ainda que a prioridade 1 seja o TdR 14..*
- ❖ Suporte para o desenvolvimento e implementação de modelos de previsão de ER, sistemas de controle e outras ferramentas;
 - **TDR 24 – (ONS)** Previsão de Geração de Fonte Solar: Estudo de variáveis influentes e desenvolvimento de modelo de previsão: *Revisado para incorporação dos comentários do BM recebidos.*
 - **TDR 26 – (SEE)** Política Pública para a Geração Distribuída – GD: *Dado a preparação de uma lei sobre GD no congresso. Projeto reapresentado com o título “Mecanismos para maximizar o Custo-Benefício do uso de Geração Distribuída nas Redes de Energia Elétrica no Brasil”.*
- Subcomponente II: Fortalecendo a capacidade de planejamento, regulamentação e monitoramento das principais instituições do setor de petróleo e gás;
 - **TDR 7 – (ANP)** Desenvolvimento de metodologia de Análise de Resultado Regulatório (ARR) e aplicação a 3 (três) projetos-piloto, sendo um para cada segmento regulado pela ANP: exploração e produção de petróleo e gás natural, produção de combustíveis e abastecimento de combustíveis: *Cancelado em Abril 2021.*
 - **TDR 8 – (ANP)** Desenvolver solução de TI visando à obtenção, de forma automatizada, de informações sobre a comercialização varejista de combustíveis automotivos e de GLP (volumes e preços), considerando o aumento da abrangência e da agilidade, contribuindo para a identificação de infrações regulatórias e de indícios de condutas anticompetitivas (cartéis na revenda de combustíveis): *O subprojeto deve ser cancelado por conta da perda de objeto e já houve opção regulatória por meio da Resolução de Diretoria nº 73/2020, de 30/01/2020.*
 - **TDR 10 – (ANP)** Desenvolvimento de metodologia de simplificação administrativa para definir critérios de seleção e análise (qualitativa e quantitativa) das Resoluções da ANP, com o objetivo de reduzir custos administrativos desnecessários (fardo regulatório) para os agentes regulados e aplicação a 3 (três) projetos-piloto, sendo um para cada segmento

regulado pela ANP: exploração e produção de petróleo e gás natural, produção de combustíveis e abastecimento de combustíveis: *Cancelado em Abril 2021.*

- **TDR 19 – (EPE)** Avaliação da Frota de Veículos Leves nos domicílios brasileiros (PeFROTA – Pesquisa de Frota de Automóveis e Motocicletas nos Domicílios): *Projeto revisado e a ser submetido à avaliação do BM*
 - **TDR 36 – (SPE)** Procedimentos para a elaboração do Balanço de Energia Útil (com auditoria energética): *Banco enviará comentários aos TdRs.*
- Subcomponente III: Fortalecendo a capacidade de planejamento e regulamentação das principais instituições do setor mineral;
- **TDR 4 – (ANM)** Aprimoramento da fiscalização, análise de relatórios de pesquisa e monitoramento de atividades minerárias: desenvolvimento de um sistema, plataforma de TI, automatizado de monitoramento contínuo de atividades minerárias, detecção de mudanças e análises automatizadas do relatório de pesquisa e lavra: *ANM confirmou que essa atividade segue como prioritária e que o TdR irá indicar alguma pequena mudança de escopo para refletir alguns avanços de fiscalização já implementados desde a preparação do projeto. Antes, contudo, será necessário elaborar o TdR propriamente dito, de acordo com o Roteiro Para Elaboração de Termos de Referência (Anexo 7). Encontra-se em processo de alteração. No momento, o título do subprojeto mudou para “Contratação de serviços especializados de geoprocessamento, interpretação e geração de informações geoespaciais, suporte à banco de dados e à infraestrutura de dados geoespaciais visando o aprimoramento da fiscalização, e monitoramento de atividades minerárias e de barragens”*
 - **TDR 15 – (CPRM)** Ampliação da Base Laboratorial do Serviço Geológico do Brasil/CPRM - Aquisição de Equipamentos de Análises Químicas e Geoquímicas para o Laboratório de Análises Minerárias - Rede LAMIN: *Sem mudanças. Há dúvidas quanto à possibilidade e viabilidade desse realizar “Pregão Direto”, que viabilizaria aquisições no exterior sem o pagamento de impostos. Deve ser o subprojeto a ser contemplado com a maior parte dos recursos de 2021 pelo TdR estar maduro e o Coexecutor estar preparado para executá-lo. Provavelmente receberá uma dotação maior que a inicialmente prevista por conta do pagamento de impostos a serem pagos na importação.*
 - **TDR 28 – (SGM)** Mineração e sociedade - Objetiva preparar a municipalidade – população, gestores e sociedade organizada – para a diversificação da matriz econômica - atividade extrativa-mineral. *Essa atividade segue como a segunda prioridade da SGM. Projeto cujo TdR ainda não havia sido apresentado. Título: “Mineração e sociedade: atividade extrativa como elo para a promoção da autonomia econômica municipal e do desenvolvimento socioambiental”.*
 - **TDR 29 - (SGM)** Estudo sobre aproveitamento de resíduos da mineração. *Esta atividade será executada em parceria com a CPRM e segue como a quarta prioridade da SGM. Projeto reapresentado com o título “Contratação de Consultoria para Realizar o Estudo do Uso Sustentável de Resíduos Sólidos da Mineração no Brasil”.*
 - **TDR 32 – (SGM)** Mineração Urbana: Reaproveitamento de resíduos de equipamentos eletrônicos. Estudo para avaliar a atual legislação e práticas para o reuso e reciclagem de equipamentos eletrônicos: *Banco questionou com relação à atividade ser de competência do Ministério e se configura como prioridade 1 da SGM. Projeto revisado e a ser submetido à avaliação do BM.*

- Subcomponente IV: Capacitação institucional e de gerenciamento do pessoal ministerial e da agência;
 - **TDR 1 – (AEGE)** Supervisão ministerial e governança corporativa de estatais: *Foi feito contato com a área para que permaneça ciente dos andamentos do Projeto, mas até o momento não há nenhuma sinalização de progresso.*
 - **TDR 37 - (SPOA)** Capacitação de instituições para solução de problemas de negócio (MME, ANEEL, CCEE, EPE e ONS): *Atividade segue como planejado, Banco aguardando ver os detalhes dos programas propostos. A Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) consultou todas as áreas do Ministério e elaborou lista de programas de capacitação requeridos.*

Componente 3 - Suporte à implementação, monitoramento e avaliação e compartilhamento e disseminação de conhecimento (US\$ 0.45 milhões)

- Capacitação e Treinamento em áreas técnicas, fiduciárias e de salvaguardas;
- Workshops, traduções e publicações; e
- Suporte para o monitoramento de progresso do Projeto.
 - **TdR 38 - (AEGP/SE-MME):** Contratação de Consultores Individuais para a Unidade de Gestão do Projeto da Secretaria-Executiva do MME – UGP/SE. TdR novo, fruto das discussões ocorridas por ocasião da Missão de supervisão do BM. O TdR deverá ser executado tão logo o Projeto entre em efetividade, uma vez que é fundamental a contratação destes consultores para dar início aos trabalhos do Meta como um todo.

6. Indicadores. Além dos indicadores de progresso apresentados no PAD, ficou acordado que, ao completar a revisão de cada TdR, o Banco e o MME discutirão possíveis indicadores de desempenho de cada atividade para a eventual avaliação final da efetividade do Projeto META 2.

Anexo 1: Descrição das atividades do Projeto

Anexo 2: Lista de Participantes da Missão

Anexo 3: Relatório de Supervisão Financeira e de Desembolsos

Anexo 4: Relatório de Aquisições

Anexo 5: Gestão Social e Ambiental

Anexo 1: Descrição das atividades do Projeto

#	Componente	Coexecutor	Subprojeto/Atividade	Comentários
1	3	AEGE/MME	Supervisão ministerial e governança corporativa de estatais	Ainda em elaboração.
2	2.iii	ANEEL	Criação de solução tecnológica para armazenamento das informações de empreendimentos de geração de energia elétrica, integrada com a estrutura de TI vigente, que contemple modelagem e desenvolvimento de novo banco de dados, estruturação de interface, rastreabilidade, mineração de dados e monitoramento da qualidade das informações contidas em banco.	Atividade feita com recursos próprios - Abril 2021. Equipe ficou analisar as possibilidades e enviar proposta de novos projetos: 1) Low Code e RPA; 2) Plataforma Geoprocessamento; 3) Segurança da Informação
3	2.iii	ANEEL	Projeto de transformação digital para melhoria da maturidade analítica da ANEEL.	Atividade feita com recursos próprios - Abril 2021. Equipe ficou analisar as possibilidades e enviar proposta de novos projetos: 1) Low Code e RPA; 2) Plataforma Geoprocessamento; 3) Segurança da Informação
4	2.ii	ANM	Aprimoramento da fiscalização, análise de relatórios de pesquisa e monitoramento de atividades minerárias: desenvolvimento de um sistema, plataforma de TI, automatizado de monitoramento contínuo de atividades minerárias, detecção de mudanças e análises automatizadas do relatório de pesquisa e lavra.	ANM ficou de revisar indicando o que já foi feito desde a preparação do projeto. NECESSÁRIO PREPARAR TdR
5	1.ii	ANM	Modernização da infraestrutura tecnológica e aprimoramento da Segurança da Informação da ANM, para melhoria da eficiência no atendimento ao setor regulado e atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados.	Encaminhar documento com a revisão dos equipamentos e do sistema todo, para que seja de forma integrada. NECESSÁRIO PREPARAR TdR
6	1.ii	ANM	Modernização do Estoque Regulatório. Harmonização das regulamentações para a operacionalização da ANM.	A ANM confirmou a necessidade desta atividade e salientou que segue como prioritária. NECESSÁRIO PREPARAR TdR
7	2.i	ANP	Desenvolvimento de metodologia de Análise de Resultado Regulatório (ARR) e aplicação a 3(três) projetos-piloto, sendo um para cada segmento regulado pela ANP: exploração e produção de petróleo e gás natural, produção de combustíveis e abastecimento de combustíveis.	Cancelado em Abril 2021.

8	2.i	ANP	Desenvolver solução de TI visando à obtenção, de forma automatizada, de informações sobre a comercialização varejista de combustíveis automotivos e de GLP (volumes e preços), considerando o aumento da abrangência e da agilidade, contribuindo para a identificação de infrações regulatórias e de indícios de condutas anticompetitivas (cartéis na revenda de combustíveis).	Em revisão para refletir modificações de escopo.
9	1.i	ANP	Avaliação de Mecanismos que Promovam a Competitividade no Mercado de Gás Natural no Brasil: Busca da Competição na Comercialização do Energético no País e Estabelecimento dos Pontos Virtuais de Comercialização de Gás Natural.	Em revisão (devido a aprovação da nova Lei do Gás e informação recolhida em workshops preparatórios).
10	2.i	ANP	Desenvolvimento de metodologia de simplificação administrativa para definir critérios de seleção e análise (qualitativa e quantitativa) das Resoluções da ANP, com o objetivo de reduzir custos administrativos desnecessários (fardo regulatório) para os agentes regulados e aplicação a 3(três) projetos-piloto, sendo um para cada segmento regulado pela ANP: exploração e produção de petróleo e gás natural, produção de combustíveis e abastecimento de combustíveis.	Cancelado em Abril 2021.
11	2.iii	CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro: I - atualização tecnológica da infraestrutura. Módulos on-line do sistema	Viável contratação este ano, caso haja espaço – ainda precisam detalhar TdR.
12	2.iii	CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro Motor de Cálculo do Sistema.	Não será esse ano e nem ano que vem, pois depende da atividade conclusão do TdR 11.
13	2.iii	CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro: Arquitetura de Referência para o modelo de integração B2B da CCEE.	Prioridade: 13/14, 11, 12. Dos 3 projetos, esse é o de mais rápida e fácil execução, além de prioritário. CCEE enviará TdR revisado.
14	1.iii	CCEE	Estudo sobre a formação de preço por oferta em diversos países (principalmente com predominância hidrelétrica), avaliando seu benefício em relação a formação de preço por modelo, com o objetivo de propor uma metodologia/sistemática de formação de preços por oferta no setor elétrico brasileiro, inclusive com a indicação das adequações necessárias ao arranjo do ambiente comercial, regulatório e melhores práticas empresariais.	TdR havia sido encaminhado e o Banco fez comentários (julho/20). EPE vai revisar estudos para dar mais clareza do que já foi feito e principais objetivos.
15	2.ii	CPRM	Ampliação da Base Laboratorial do Serviço Geológico do Brasil/CPRM - Aquisição de Equipamentos de Análises Químicas e Geoquímicas para o Laboratório de Análises Minerais - Rede LAMIN.	Não houve mudanças. Há preocupação quanto aos recursos necessários ao pagamento de impostos, que tendem a duplicar valor inicialmente previsto para as aquisições
16	1.i	EPE	Avaliação de Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN) no Brasil.	Versão anterior de fev/20, enviarão versão revisada

17	1.iii	EPE	Estudos sobre aperfeiçoamentos na metodologia do cálculo de sinal locacional de transmissão, incluindo análises de preços nodais, direitos financeiros de transmissão e sua destinação no âmbito do mercado de energia (com capacitação)	Receberam comentários do Banco e ainda não fizeram a devolutiva. Projeto fica mantido, mas com revisão de conteúdo e cronograma, devido ao tempo.
18	1.iii	EPE	Estudo de Desenho de Mercado e "Sistemática" de Leilão (inclusive com capacitação)	Sugestão que seja mantido e precisa de revisão do tema central e cronograma e necessidade de aguardar estudos de modernização do setor. TdR ainda não enviado.
19	2.i	EPE	Avaliação da Frota de Veículos Leves nos domicílios brasileiros (PeFROTA – Pesquisa de Frota de Automóveis e Motocicletas nos Domicílios)	Não há necessidade de revisão de conteúdo, apenas de cronograma.
20	1.i	EPE	Estudos de Planejamento da Infraestrutura do Abastecimento de Combustíveis	Duas partes - parte 1 será executada em breve. Termos de referência serão revistos (avaliação socioambiental terá de ser refeita em vistas da mudança de escopo).
21	1.i	EPE	Coleta de dados sobre consumo de lenha e carvão vegetal no setor residencial	Farão adaptações buscando o máximo de aderência evitando ampla discussão de salvaguardas.
22	1.iii	ONS	Realizar os estudos necessários, desenvolver e implantar uma metodologia para avaliação dos custos da operação do SIN com análise dos impactos em tempo real e pós operação, bem como para mensurar os benefícios decorrentes da atuação do ONS.	Banco fez comentários à primeira versão e está aguardando versão revisada dos TdR.
23	2.iii	ONS	Desenvolver pesquisa para a identificação de causalidade das mudanças climáticas no regime de vazões e das principais variáveis meteorológicas de interesse para a operação do SIN	Banco enviará comentários aos TdR.
24	2.iii	ONS	Previsão de Geração de Fonte Solar: Estudo de variáveis influentes e desenvolvimento de modelo de previsão.	Banco enviará comentários aos TdR.
25	1.iii	SEE/MME	Avaliação da inserção de veículos elétricos na Matriz de Energia Elétrica Nacional	Comentários ao primeiro TdR já enviados. Equipe vai revisar.
26	2.iii	SEE/MME	Política Pública para a Geração Distribuída – GD.	Posicionamento sobre TdR – estudo mais amplo ou aguardar a lei.
27	1.ii	SGM/MME	ESTUDO PARA AVALIAR A INSERÇÃO TECNOLÓGICA PARA APRIMORAMENTO PRODUTIVO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE MINERAÇÃO.	Essa atividade segue como prioritária. Prioridade 3
28	2.ii	SGM/MME	Mineração e sociedade - Objetiva preparar a municipalidade – população, gestores e sociedade organizada – para a diversificação da matriz econômica - atividade extrativa-mineral. Visa municiar o poder público e as comunidades para reconhecer as potencialidades produtivas e socioambientais de municípios ou região mineradora, para permitir políticas públicas que garantam a sustentabilidade local e possibilitem a diversificação e o desenvolvimento econômico autônomo.	Essa atividade segue como prioritária. Prioridade 2

29	2.ii	SGM/MME	ESTUDO PARA IDENTIFICAR CADEIA PRODUTIVA MINERAL COM MAIOR OPORTUNIDADES PARA APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS DA MINERAÇÃO (Execução em parceria com a CPRM).	Esta atividade será executada em parceria com a CPRM e segue como prioritária. Prioridade 4
30	1.ii	SGM/MME	OBSERVATÓRIO NACIONAL DE MINERAÇÃO - Banco de dados do setor mineral - Montagem de um sistema de informações de Geologia e Mineração.	Não houve mudanças. NECESSÁRIO PREPARAR TdR
31	1.ii	SGM/MME	ECONOMIA MINERAL - Subsidiar a estruturação do "Observatório da Mineração" e da área Economia Mineral	Não houve mudanças. NECESSÁRIO PREPARAR TdR
32	2.ii	SGM/MME	MINERAÇÃO URBANA: REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS. Estudo para avaliar a atual legislação e práticas para o reuso e reciclagem de equipamentos eletrônicos.	Questionamento do Banco já foi atendido e segue como prioritária. Prioridade 1
33	1.ii	SGM/MME	Revisão do Plano Nacional de Mineração – PNM 2050 - Promover a revisão do PNM 2030, publicado em 2011 pela SGM/MME	TdR entrou em "stand-by" por conta de indefinições nas diretrizes. Baixa prioridade
34	2.iii	SPE/MME	Contratação de consultoria a fim de identificar as mudanças climáticas e mapear as ameaças ao Sistema Interligado Nacional (SIN), face às mudanças climáticas. Proposição de métodos e processos para o estudo da vulnerabilidade sistêmica do SIN, face às mudanças climáticas.	Atividade em revisão para possível divisão em duas partes.
35	1.iii	SPE/MME	Atributos das Fontes de Geração de Energia no Ambiente de Contratação Regulado	Com mudança do quadro da SPE, atividade está sem ponto de coordenação. Desenvolvimento de modelos e cenários para abertura do mercado consumidor de maneira ordenada.
36	2.i	SPE/MME	Procedimentos para a elaboração do Balanço de Energia Útil (com auditoria energética)	Termos de referência a ser revistos para refletir novo cronograma e possível inclusão de hidrogênio em seção sobre projeções.
37	2.iv	SPOA/MME	Capacitação de instituições para solução de problemas de negócio (MME, ANEEL, CCEE, EPE e ONS)	Atividade segue como planejado, Banco aguardando ver os detalhes dos programas propostos.
38	3	AEGP/MME	Contratação de Consultores Individuais para a Unidade de Gestão do Projeto da Secretaria-Executiva do MME – UGP/SE	TdR preparado e enviado à Consultoria Jurídica, que não apresentou óbice à sua execução. Auardando a composição da CPL/SE e entrada em efetividade do Projeto para ser executado.

Anexo 2: Lista de Participantes da Missão

Banco Mundial

Alberto Costa, Especialista Sênior em Desenvolvimento Social
Augusto Mendonça, Especialista em Salvaguardas Ambientais
Daniele La Porta, Especialista Sênior de Mineração e co-gerente do Projeto
Danilo Carvalho, Especialista Sênior em Aquisições
David Santley, Especialista Sênior em Energia e co-gerente do Projeto
Fernanda Balduino, Especialista em Gerenciamento Financeiro
Jimmy Pannett, Especialista em Energia e co-gerente do Projeto
Julia Conter, Analista de Operações
Luis Andres, Coordenador de Infraestrutura e Economista Principal para o Setor
Luiz Maurer, Especialista em Energia
Maria Inês Miranda, Especialista Ambiental Sênior
Megan Meyer, Especialista Sênior em Energia
Patrícia Melo, Analista Financeiro
Susana Moreira, Especialista em Petróleo e Gás

MME

Denis Soares, Coordenador-Geral do Projeto
Fernando Portella Rosa, Gerente de Projeto
Laerte Brito, Coordenador Financeiro
Luciano da Silva Teixeira, Coordenador de Licitação e Coordenador de Relações Internacionais e Corporativas
Maurício Fleury Curado, Coordenador-Geral Substituto e Coordenador Técnico

MME/AESA:

Henryette Cruz
Maria Ceicilene Martins, Chefe da Assessoria Especial de Meio Ambiente
Rita Alves Silva, Coordenadora-Geral de Articulação Institucional em Meio Ambiente
Veronica Sousa, Coordenadora-Geral de Avaliação Ambiental e Acompanhamento de Licenciamento

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)

Adriana de Carvalho Drummond Vivan, Especialista em Regulação da Superintendência de Gestão Técnica da Informação
Alexandre Gonçalves Filho, Gerente Adjunto da Auditoria Interna
Antonio Campos Monteiro Neto, Analista Administrativo, Superintendência de Gestão Técnica da Informação
Igor Rodrigues de Castro, Analista Administrativo, Superintendência de Gestão Técnica da Informação
Issao Hirata, Superintendente de Gestão Técnica da Informação
Luciano Grossi, Assessor do Diretor Geral e ponto focal
Rodrigo Vargas Bezerra, Técnico Administrativo, Superintendência de Gestão Técnica da Informação
Thiago Luiz Leite Ribeiro da Costa, Analista Administrativo, Superintendência de Gestão Técnica da Informação

ANM (Agência Nacional de Mineração)

Alvaro Barbosa
Antônio Sérgio Haddad Alves, Gerência de Tecnologia, Gestão e Suporte a Informação (GTGS), da Superintendência de Desenvolvimento Institucional

Carlos Cordeiro Ribeiro, Superintendente de Pesquisa e Recursos Minerais
Cristine Hortência Coutinho Pontes, Coordenação de Projetos
Márcio Leal Gomes da Silva, Divisão de Projetos Rede e Suporte (DPRS), da Superintendência de Desenvolvimento Institucional
Valdeme Daniel, Superintendente de Administração e Finanças

ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)

Álvaro Barbosa, Chefe da Divisão Nacional de Licitações
Bruno Valle de Mora, Superintendente Adjunto de Defesa da Concorrência
Bruno Caselli, Superintendente de Defesa da Concorrência
Luciana Estevão, Superintendente Adjunta da Superintendência de Infraestrutura e Movimentação
Maria Jorge
Mario Confort, Assessor de Superintendente da Superintendência de Infraestrutura e Movimentação
Rafael Salgado, Coordenador de Gestão Estratégica de Projetos e Processos Organizacionais da Superintendência de Governança e Estratégia e ponto focal

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica):

Adilson Lodovichi, Gerente Contabilidade e Controladoria
Cassio Krokoiz de Toledo, Gerente Executivo de Governança de TI e ponto focal
Dario Almeida, Gerente executivo
Diego Santos, Analista de Aquisições
Fabiana Mesquita, Gerente
Guilherme Matussi Ramalho, Gerente
Marcos Luna, Analista de Controladoria
Priscila Horie, Gerente executiva
Naiara Sousa, Analista de Aquisições
Regiane Barros, Analista de Preço
Rodrigo Sacchi, Gerente executivo

CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais)

Américo Caiado Pinto, Coordenador da Rede de Laboratórios de Análises Minerais (LAMIM)
Andrea Sumie Wadamori, Departamento de Administração de Material e Patrimônio - DEAMP / Divisão de Material - DIMATE
Diogo Bernardino Bezerra, Assessor da Diretoria de Administração e Finanças
Luciana Felício Pereira,
Maria Alice Duarte, Assessora da Diretoria de Infraestrutura Geocientífica
Suliman Tadei de Souza, Chefe do DEAMP - Departamento de Administração de Material e Patrimônio
Valdineia dos Santos Oliveira, Chefe do Serviços de Admin e Finanças e ponto focal

EPE (Empresa de Pesquisa Energética):

Alexandre Cobbett Stael Cosme, Assessor da Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis
Alfredo Aguiar, Gestor Financeiro,
Angela da Costa, Superintendente Derivados de Petróleo
Bernardo Folly de Aguiar, Superintendente de Projetos da Geração
Elisangela Almeida
Federica Nunes, Consultora Técnica II da Superintendência de Meio Ambiente
Gabriel da Costa, Consultor Técnico II da Superintendência de Meio Ambiente
Guilherme Mazolli Filho, Consultor Técnico I da Superintendência de Projetos de Geração
Jeferson Borghetti Soares, Assessor de Diretoria de Estudos Econômico Energéticos e Ambientais

José Marcos Bressane, Superintendente de Transmissão de Energia
Heloisa Esteves, Diretora de Estudos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis
Lauro Damasceno, Analista de Gestão Corporativa da Superintendência de Recursos Logísticos
Leandro Galiza, Superintendente Adjunto de Licitações e Contratos
Marcos Frederico de Souza, Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis
Marcos Vinicius Farinha, Superintendência de Transmissão de Energia, ponto focal TdR 17
Marcelo Alfradique, Superintendente Adjunto de Petróleo e Gás Natural
Marcelo Cavalcanti, Superintendente Adjunto de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis
Mariana de Azevedo, Superintendente e Ordenador de Despesa
Patricia Bonfim Stelling, Consultora Técnica II da Superint. de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis
Patricia Nunes, Assessora da Presidência e ponto focal
Rachel Henriques, Consultora Técnica II da Superint. de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis
Regina Fernandes, Consultora Técnica I da Superintendência de Petróleo e Gás Natural
Renata Nogueira Francisco de Carvalho, Assessor de Diretoria de Estudos de Energia Elétrica
Sandro da Silva Abílio, Superintendente de Recursos Financeiros
Thiago de Faria Rocha Dourado Martins, Superintendente Adjunto de Transmissão de Energia
Thiago Ivanoski Teixeira, Superintendente de Planejamento da Geração

ONS (Operador Nacional de Sistema Energético)

Angela Barbosa Greenhalgh, Gerente de Estratégica e Inovação e ponto focal
Bernard Fernandes Kusel, Engenheiro Análise Operação III
Camila Monte, Analista de Administração de Contratos II
Elessandra Toledo, Gerente Executiva de Suprimentos
Fábio Corte, Gerente Executivo de Estratégia e Inovação
Fernando França, Assistente Diretoria de Planejamento da Operação
Gustavo Botrel, Gerente de Finanças
Hélio Camargo Junior, Analista Comercial
Jayme Darriba, Assistente Diretoria de Operações
Márcio Kennedy, Gerente Executivo Financeiro
Mário Jorge Daher, Gerente Executivo de Planejamento Energético
Max Eduardo Nascimento, Analista Financeiro
Paula da Silva Aniceto, Analista de Suprimentos IV
Paulo Diniz de Oliveira, Engenheiro de Estudos Hidro e Hidráulico IV
Paulo Sérgio Nascimento, Analista Método e Modelos
Rafael Barros Pereira Pinto, Engenheiro Hidro e Hidráulico II
Rogério Saturnino Braga, Especialista de Estudos Hidro e Hidráulico
Simone Borim, Gerente de Recursos Hídricos e Meteorologia
Vinícius Forain, Gerente Executivo da Programação de Operação
Vitor Silva Duarte, Gerente de Meteorologias e Modelos Energéticos
Wilkens Geraldes Filho, Gerente Executivo de Apuração Análise e Custos da Operação

SEE

André Luiz Dias de Oliveira, Assessor Técnico do DPUE
André Perim, Coordenador-Geral de Monitoramento da Expansão da Transmissão
Domingos Romeu Andreatta, Secretário-Adjunto de Energia Elétrica
Paulo Gonçalves Cerqueira, Diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia Elétrica (DPUE)
Rodrigo Fornari, Diretor de Programa

SGM

Antônio Glauter Teófilo Rocha, Diretor do Departamento de Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (DPGM)

Lília Mascarenhas Sant'Agostino, Secretária-Adjunta

Patrícia da Silva Pego, Coordenadora-Geral de Economia Mineral do Departamento de Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (DPGM)

SPE

André Luiz Osório, Diretor do Departamento de Informações e Estudos Energéticos

Gustavo Masili, Coordenador-Geral de Informações Energéticas

João Antonio Patusco, Consultor

Anexo 3: Relatório de Supervisão Financeira e Desembolsos

Missão de Supervisão de Gerenciamento Financeiro e Desembolso
Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META II
(P170850; LN 90740-BR)
8 de abril de 2021

Na reunião específica de Gerenciamento Financeiro e Desembolsos realizada em 8 de abril de 2021, foram tratados as seguintes questões:

A reunião foi aberta com um resumo dos pontos de interesse de Gerenciamento Financeiro tratados na reunião de abertura do Projeto. Assim, lembrou-se que a expectativa é que o Acordo de Empréstimo seja assinado, em duas semanas, considerando que o orçamento do Governo Federal seja aprovado até o fim da semana. A PLOA 2021 prevê um orçamento de R\$ 15.000.000 para o Projeto. Infelizmente não foi possível manter a equipe financeira do Projeto META 1 em virtude dos atrasos na assinatura do Empréstimo. Foi nomeado um novo Coordenador-Geral de Planejamento, Finanças e Controle e Coordenador Financeiro, Laerte Brito, que já está integrado à equipe e participou nas reuniões de supervisão. A equipe financeira temporária do Projeto terá 2 posições que serão preenchidas por meio de processo seletivo simplificado. Essa equipe temporária será mantida durante toda a duração do Projeto. O MME apenas aguarda a efetividade do Projeto para iniciar o processo seletivo. A expectativa é que a equipe temporária seja contratada e possa iniciar suas atividades até o fim de agosto de 2021.

Sobre os relatórios financeiros, o Banco lembrou que o Projeto deverá enviar semestralmente os Relatórios Financeiros Interinos Não-Auditados – IFRS para monitoramento da execução financeira do Projeto. Foi enfatizado que os relatórios financeiros do Projeto devem ser preparados em Método Caixa e que os gastos elegíveis do Projeto são apenas aqueles efetivamente pagos, lembrando que despesas empenhadas não são consideradas elegíveis para prestação de contas ao Banco

Em seguida foi esclarecida uma dúvida referente à contrapartida do Projeto que foi confirmada como sendo uma contrapartida não financeira orçada como as horas trabalhadas dos servidores do MME e dos demais co-executores do Projeto. Foi lembrado pelo Banco que mesmo no caso de a contrapartida não ser financeira, ela deverá ser reportada nos IFRS do Projeto. Uma vez que sua execução será acompanhada pelo Banco e confirmada pela CGU em suas auditorias.

Quanto às auditorias, o Banco falou sobre os Termos de Referência da Auditoria Anual que deverão ser preparados pela Unidade Gerenciadora de Projeto, enviado à Analista em Gerenciamento Financeiro para revisão, e, após a não-objeção, compartilhado com a CGU para que ela possa incluir o Projeto em seu Plano de Trabalho para o próximo ano. Neste primeiro momento, além dos Termos de Referência, o Projeto também deverá compartilhar com a CGU, cópias do Acordo de Empréstimo, da Carta de Desembolsos e Informações Financeiras – DFIL e do Documento de Avaliação do Projeto – PAD. O Banco solicitou à equipe do MME que compartilhasse os Termos de Referência de Auditoria utilizados no META 1 para que ele pudesse ser atualizado utilizado para o META 2.

O Banco também esclareceu que fará o treinamento da equipe do Projeto em questões fiduciárias (Gerenciamento Financeiro e Desembolsos) mediante um treinamento anual que está ainda está pendente de definição de data. O treinamento fiduciário é composto por 2 módulos, o primeiro online que pode ser realizado no período de 30 dias e um treinamento presencial para aqueles que forem aprovados no modulo online. Em virtude da pandemia, a reunião presencial tem sido realizada por meio

de reunião virtual. O Treinamento está mais focado para os processos que serão executados pela Unidade Gerenciadora do Projeto, entretanto, em virtude da segunda etapa também virtual, que não requer gastos com o evento, o treinamento será aberto a todos os interessados em participar e as agências co-executoras interessadas também poderão inscrever seus servidores. No caso de incompatibilidade entre a data do treinamento anual e o início do Projeto, o Banco pode realizar um treinamento exclusivo para o novo Projeto.

O MME confirmou que não utilizará o financiamento retroativo, mas que já vem adiantando as atividades possíveis para que, na efetividade do Projeto, já possa iniciar imediatamente os processos que dependem da efetividade. A estimativa é que o primeiro desembolso do Projeto ocorra ainda no primeiro semestre de 2021.

O Manual Operativo do Projeto - MOP já foi aprovado pelo Banco como uma das condições de efetividade a serem cumpridas. O MME informou que os co-executores já receberam cópias do MOP e enfatizou a importância de que todos os co-executores o leiam, uma vez que se trata de um guia para a execução do Projeto.

Finalmente, a Analista em Gerenciamento Financeiro informou que em virtude do bom empenho em Gerenciamento Financeiro do META 1 e da expectativa de manutenção da equipe financeira do Projeto, durante a avaliação preparada para o PAD, o risco de Gerenciamento Financeiro do Projeto foi classificado como Baixo. Com a renovação da equipe financeira que não possui experiência prévia com os procedimentos fiduciários do Banco Mundial, o risco de Gerenciamento Financeiro está sendo alterado para Moderado. O Banco faz o gerenciamento de seus Projetos com base no risco que determina a periodicidade da supervisão e do envio dos relatórios financeiros com base neste risco identificado. Os arranjos de Gerenciamento Financeiro foram considerados Moderadamente Satisfatórios visto que o processo orçamentário, os sistemas de controle, o fluxo de fundos, o sistema de contabilização e preparação de relatórios financeiros e arranjos de auditoria externa do Governo Federal atendem as normas do Banco Mundial, entretanto, a equipe financeira do Projeto ainda não está completa e ainda levará alguns meses até que a contratação possa ser finalizada.

Em relação aos aspectos de Desembolso, a Analista Financeira mencionou os pré-requisitos para completar o *set-up* (registro) da conta do Empréstimo no sistema a fim de permitir que os desembolsos possam ocorrer após a declaração de efetividade do Acordo Legal. Primeiramente e tendo em vista as mudanças na equipe da unidade executora para a Fase 2 do Projeto, se faz necessário atualizar a conta da organização no sistema *Client Connection* e criar contas de acesso para os novos usuários. O *Client Connection* é o página virtual onde o MME terá acesso às informações financeiras do Projeto e plataforma para envio eletrônico ao Banco das solicitações de desembolso, dos relatórios financeiros (IFR) e relatórios de auditoria.

Em seguida, foi esclarecido que os pedidos de desembolso enviados ao Banco devem ser assinados pelas pessoas devidamente autorizadas para esse fim. O modelo de carta de assinaturas autorizadas está incluído como um anexo à Carta de Desembolso e Informação Financeira - DFIL. Esta carta, além de conceder a autorização para assinar pelo Representante Autorizado (nesse caso, o Ministro de Economia ou Secretário Executivo do MME) deve mencionar que os assinantes autorizados podem firmar pedidos de desembolso eletronicamente.

Adicionalmente, a Analista Financeira explicou os métodos de desembolso admissíveis ao Projeto, a saber:

- Adiantamento (conta designada): o Banco poderá adiantar recursos do financiamento à conta designada do mutuário para financiar despesas elegíveis.
- Reembolso: o Banco poderá reembolsar ao mutuário as despesas elegíveis que tenham sido financiadas com recursos do próprio mutuário.

Em respeito à conta designada, o Banco aguarda o envio dos respectivos dados bancários (conta exclusiva para receber os recursos do Empréstimo, em Dólar, no Banco do Brasil) para registro no sistema. Ainda, considerando que o teto da conta designada é variável, foi esclarecido que todo pedido de adiantamento deve ser respaldado por uma previsão de caixa para os próximos 6 meses, que deve ser previamente aprovada pelo Gerente do Projeto no Banco. As prestações de contas devem ser enviadas ao Banco semestralmente, ou com frequência inferior caso necessário, lembrando que a taxa de câmbio a ser utilizada ao reportar os pagamentos na Declaração de Despesas (*Statement of Expenditures – SOE*) deve ser a da internalização (ou seja, taxa vigente na data da transferência dos recursos da conta designada em Dólar para a conta operativa em Real).

Os Departamentos de Gerenciamento Financeiro e de Desembolsos se colocaram à disposição da equipe do Projeto para o esclarecimento de qualquer dúvida e para o apoio nas atividades de execução do Projeto e agradeceu a disponibilidade de todos que participaram na reunião.

Anexo 4: Relatório de Aquisições

Missão de Supervisão de Aquisições
Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META II
(P170850; LN 90740-BR)

Durante a missão foram conduzidas reuniões com as agências executoras para discutir o estado atual das licitações do Projeto e os aspectos que afetam a sua implementação. Os principais aspectos de licitações discutidos durante a missão se relacionaram a:

- a) Apresentação e conhecimento da equipe de aquisições do Projeto;
- b) Opções de treinamento e “*capacity building*” em aquisições no contexto da pandemia;
- c) Monitoramento do plano de aquisições no Sistema STEP;
- d) Discussão sobre a lista das licitações prioritárias para o primeiro ano do Projeto;
- e) Discussão sobre a preparação dos documentos das licitações esperada para o primeiro ano do Projeto; e
- f) Outros assuntos específicos de aquisições.

a) Apresentação e conhecimento da equipe de aquisições do Projeto: A missão apresentou à equipe do Projeto o novo Especialista de Aquisições, Danilo Carvalho, designado pelo Banco para acompanhar os aspectos de aquisições na operação contratada e as atividades planejadas pelas agências executoras. Na oportunidade foram discutidos os arranjos interinos para a contratação da equipe temporária de aquisições baseada na UGP.

Considerando que as discussões acerca do orçamento federal ainda não se encontravam finalizadas e também tendo em vista que após a finalização delas ainda haverá o processo de aprovação do orçamento para que somente depois ele entre em efetividade, a UGP/MME apresentou o cenário de dificuldades para a contratação e manutenção de parte da equipe de aquisições, em especial 3 (três) profissionais que auxiliam a coordenação de aquisições do Projeto.

Tão logo a Lei Orçamentária Anual esteja aprovada, o Acordo de Empréstimo entrado em efetividade e o Ministério da Economia autorizado, a SE/MME iniciará um processo de seleção simplificado para o preenchimento de 8 vagas para compor a UGP/MME, sendo 2 Gerentes de Projeto, 1 Analista Financeiro, 4 Analistas de Licitação e 1 Assistente Financeiro. Estima-se que esse processo tenha uma duração de mais ou menos 4 (quatro meses). Assim, para que o Projeto não fique descoberto do apoio da equipe temporária, o custo para a manutenção da equipe atual será coberto pela categoria de Custos Operacionais do Acordo Empréstimo até a conclusão do processo de seleção. A UGP informou que a manutenção dos 3 servidores temporários remanescentes do Projeto META I alcança o equivalente em reais (BRL) a USD 20.000,00 para um período de 6 (seis) meses.

b) Opções de treinamento e “*capacity building*” em aquisições no contexto da pandemia: A missão discutiu com os co-executores a possibilidade de realização e ainda o formato dos treinamentos de aquisições considerando o contexto ainda presente da pandemia. O formato a ser adotado temporariamente para os treinamentos e as capacitações do Projeto será o virtual. A missão informou que a primeira sessão de treinamento virtual acontecerá em maio/2021 na data a ser acordada entre o Banco e Projeto. Ainda como forma de incremento da capacidade de aquisições do Projeto, a missão sugeriu reuniões técnicas periódicos entre o Especialista de Aquisições e as equipes das agências executoras para se discutir, planejar estratégias e supervisionar a execução dos planos de aquisições do

Projeto. As reuniões poderão começar a acontecer tão logo se aprovem os planos de aquisições e se iniciem as primeiras licitações/contratações do Projeto.

c) Monitoramento do plano de aquisições no Sistema STEP: A missão ressaltou a importância e a obrigatoriedade de cada agência executora preparar e submeter o seu respectivo plano de aquisições para aprovação do Banco via o Sistema STEP (*Systematic Tracking of Exchanges in Procurement*). A missão também deu ênfase ao fato de que as agências executoras somente podem realizar as licitações que estejam incluídas e previamente aprovadas pelo banco no Plano de Aquisições, caso contrário, qualquer licitação que não seja parte do plano de aquisições aprovado não poderá ser financiada com recursos do Projeto.

Para agilizar e facilitar a preparação dos planos de aquisições, a missão informou que pode realizar treinamentos de operação do System STEP bem como colocou à disposição das agências executoras uma assistência permanente para esclarecer qualquer dúvida de operação. Essa assistência será dada pelo ponto focal do STEP no Banco. A missão espera que todos os planos de aquisições estejam preparados e submetidos até 31/05/2021.

d) Discussão sobre a lista das licitações prioritárias para o primeiro ano do Projeto: Considerando possível restrição orçamentária para o primeiro ano de execução do Projeto, para o qual se estima a liberação de apenas BRL 15 milhões para atender as necessidades de todas as agências do Projeto, a missão destacou a necessidade de especial atenção para a identificação das atividades prioritárias do Projeto a serem implementadas no primeiro ano de implementação. Do ponto de vista de aquisições, a recomendação da missão é no sentido que o Projeto com o apoio do Banco defina uma lista de prioridades levando em conta principalmente: i) os objetivos do Projeto; ii) a capacidade de respostas das agências; iii) a complexidade das atividades; iv) a disponibilidade e o interesse do mercado; v) simplificação dos fluxos de licitações no estado; vi) capacidade de planejamento e operação das agências, vii) disponibilidade de orçamento. Para tanto, a lista de prioridades deve ser aquela aprovada pelo Comitê, após discussão com MME a missão oferece as seguintes recomendações:

1. Mapeamento estratégico das licitações: A UGP/MME deverá realizar um mapeamento estratégico para preparação da lista de licitações prioritárias. Para tanto, deverão ser considerados os seguintes aspectos: a disponibilidade de orçamento, a complexidade das licitações, a importância/criticidade para o Projeto e a capacidade institucional, a avaliação do Comitê do MME.
2. Estabelecimento de um compromisso institucional entre as agências executoras como forma de realçar o caráter de *ownership* e da relevância das atividades e do interesse institucional na celeridade da implementação do Projeto.

A preparação da lista de prioridades está condicionada à liberação orçamentária e à decisão do Comitê do MME. Dessa maneira, o Banco espera receber a lista das licitações prioritárias até 30/06/2021.

e) Discussão sobre a preparação dos documentos das licitações esperada para o primeiro ano do Projeto: Visando a celeridade e a evitar gargalos no processamento das licitações, a missão destacou a importância de se iniciar com a devida antecedência a preparação do pacote de documentos de licitações (TdRs, Especificações Técnicas, Editais, etc.) para as licitações definidas na lista de prioridades. Para tanto, a missão informou que o Banco possui um conjunto de documentos padrão para licitações de âmbito internacional e se colocou à disposição para esclarecer a aplicação dos documentos padrão do Banco. A missão também enfatizou que a maioria das licitações de bens e serviços de não consultoria muito provavelmente será de abordagem nacional e para tanto poderá ser aplicado o pregão eletrônico com adaptações aos requisitos do Regulamento do Banco.

Outros assuntos específicos de aquisições: A missão solicitou que as agências executoras elaborem e apresentem os respectivos fluxos de licitações a fim de se proporcionar uma melhor análise dos gargalos e etapas visando a melhor simplificação processual e celeridade na condução das licitações do Projeto. Como exemplo, a missão citou que os fluxos a serem apresentados deverão contemplar os vários passos internos, etapas e setores que participem do processo de licitação dentro de cada agência. A missão solicitou a apresentação de tais fluxos até 31/05/2021.

Plano de Ação acordado em Abril/2021:

Atividade	Responsável	Prazo Acordado	Status
1. Primeira sessão de treinamento de aquisições	Banco Mundial	24/05/2021	A cumprir
2. Preparação e submissão dos planos de aquisições via Sistema STEP	Cada Agência Executora	31/05/2021	A cumprir
3. Preparação e apresentação dos fluxos internos de licitações	Cada Agência Executora	31/05/2021	A cumprir
4. Apresentação da lista de licitações prioritárias	UGP/MME	30/06/2021	A cumprir

Diante das discussões realizadas e da expectativa de início da implementação das licitações, a missão recomenda as seguintes classificações para o Projeto:

- i) o desempenho das licitações do Projeto resta classificado como **Moderadamente Satisfatório (MS)**, e
- ii) o Processamento das Licitações e o Gerenciamento de Contratos restam classificados como de risco **Moderado (M)**.

Espera-se que a implementação das recomendações do Banco resulte na atualização positiva dos riscos ora classificados, o que será constado na próxima missão.

Anexo 5: Gestão Social e Ambiental

Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META II (P170850)
Reunião de supervisão - 6 de abril 2021
Notas socioambientais

A reunião contou com a participação das equipes co-executoras, responsáveis pelos subprojetos do Meta II. A equipe do Banco fez uma apresentação rápida sobre os principais aspectos da gestão ambiental e social aplicáveis aos estudos e subprojetos que estão sendo financiados pelo Meta II, explicando que o Meta II segue o Marco de Gestão Ambiental e Social (ESF) que substituiu as Políticas de Salvaguardas do Banco, utilizadas no Meta I. Foi discutido, também, o enquadramento dos subprojetos, considerando as implicações ambientais e sociais, (Assistência Técnica, tipos 1, 2 ou 3) e os compromissos firmados entre o MME e o Banco Mundial no Plano de Compromissos Ambientais e Sociais - ESCP.

Os representantes das unidades co-executoras levantaram algumas dúvidas, esclarecidas pela equipe do MME e Banco. Foi acordado que a equipe do MME encaminhará aos co-executores os documentos básicos do Projeto, aspectos ambientais e sociais, incluindo o Estudo de Caracterização e Avaliação de impactos Sociais e Ambientais – *Scoping Paper*. Foi ressaltado que a reunião não se tratava de um treinamento, o qual será agendado a partir de maio de 21, com todos co-executores, como definido no ESCP. A equipe do Banco encaminhará a apresentação sobre o ESF até 30 abril, após incorporar notas da legislação nacional correlata as diversas normas do Banco.

A equipe da UGP ficou encarregada de preparar planilha de acompanhamento dos TdRs, com status de apresentação, revisão, data de envio e pendências de todos TdRs em preparação. O objetivo é que toda equipe possa estar ciente do cronograma de andamento dos TdRs. A equipe do Banco observou que alguns TdRs submetidos para avaliação ainda encontram-se em fase preliminar, necessitando de ajustes, a exemplo do Plano Nacional de mineração. Por fim, a equipe do Banco informou que TdRs de novos estudos, bem como TdRs alterados, devem ser submetidos para avaliação da equipe socioambiental do Banco, visando confirmar elegibilidade e classificação de risco.